

**COMPANHIA DE ELETRICIDADE DE NOVA FRIBURGO
CENF**

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 2006
- OBJETO DE PUBLICAÇÃO -**

Relatório da Administração

Senhores Acionistas:

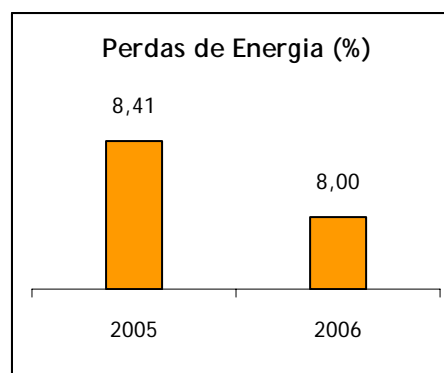
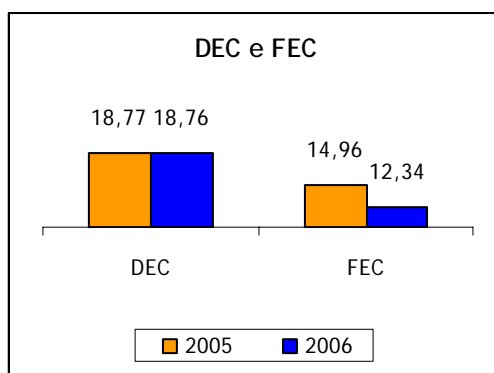
A Administração da Companhia de Eletricidade de Nova Friburgo - CENF tem a satisfação de apresentar os resultados de 2006, acompanhados das demonstrações financeiras correspondentes.

1. Considerações gerais

Em 2006, a CENF deu continuidade aos seus programas de melhoria de seus indicadores operacionais e humanos, que têm permitido à empresa um eficaz desenvolvimento operacional, proporcionando, assim, uma prestação de serviços de distribuição de energia elétrica de qualidade. Dentre os investimentos que montaram a R\$6,1 milhões no exercício, destacam-se as reformas e blindagens de vários circuitos elétricos, melhorando as condições de segurança das instalações, e a construção de 52,9 Km de redes urbanas e rurais, a implantação de 1.296 postes e 147 transformadores no município de Nova Friburgo, sua área de concessão.

Os indicadores de qualidade e continuidade dos serviços DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Cliente) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupções por Cliente) atingiram 18,76 horas (18,77 horas em 2005) e 12,34 vezes (14,96 vezes em 2005), respectivamente, bem abaixo dos limites estipulados pela Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), de 19 horas e 23 vezes.

A CENF também manteve um foco permanente na redução da inadimplência dos consumidores e nas perdas técnicas e comerciais de energia elétrica. Ao final do exercício, o índice de inadimplência dos consumidores da CENF situou-se em 2,26% (2,48% em 2005) e as perdas em 8,00% (8,41% em 2005). No combate às perdas, destacam-se as inspeções em unidades consumidoras e a regularização de ligações clandestinas.

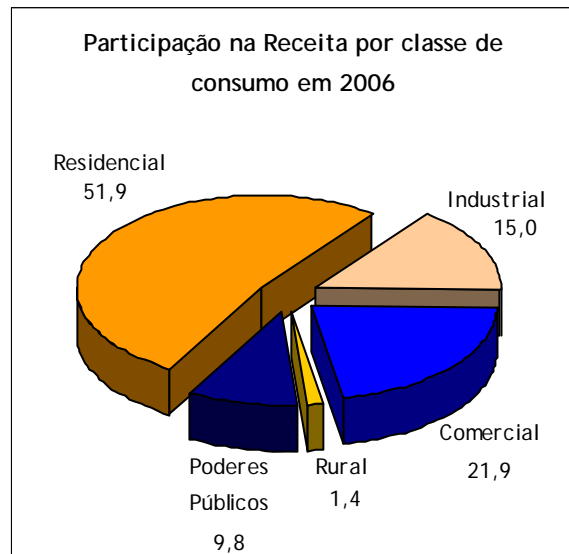
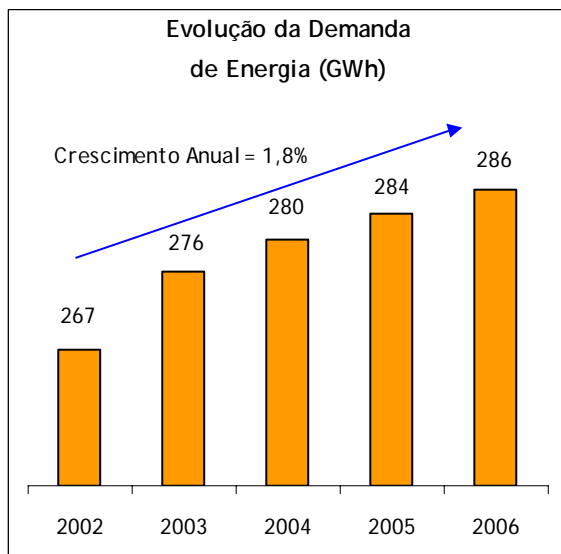


A CENF concluiu a meta estabelecida pelo Governo Federal e o Governo do Estado do Rio de Janeiro no Programa Luz para Todos, tendo concretizado a ligação de 497 propriedades rurais. Os investimentos nesse programa totalizaram R\$3,3 milhões, dos quais R\$1,0 milhão em 2006.

2. Mercado de Energia

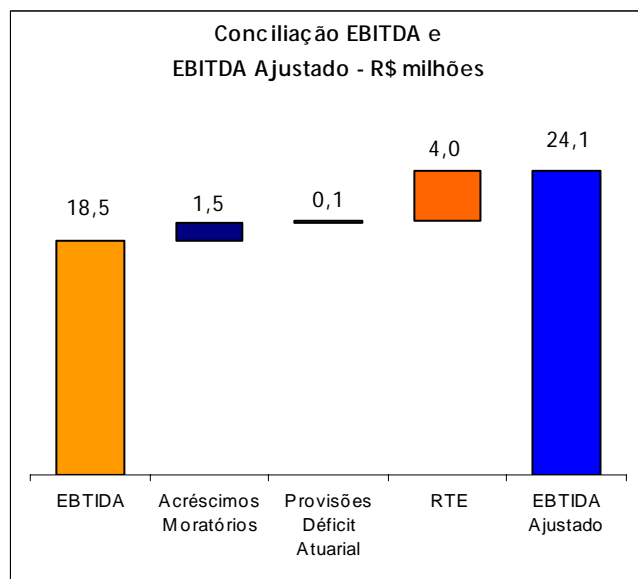
A demanda de energia elétrica, que inclui o mercado próprio (cativo) mais os consumidores livres (CL), totalizou 286 GWh, dos quais 275 GWh referem-se ao mercado próprio da empresa.

O aumento de 2.209 clientes cativos nas diversas classes de consumo determinou um crescimento de 2,7% no número de clientes da empresa, que atingiu 85.180. A classe residencial respondeu por 88,8% do total de consumidores, 46,5% do consumo total e foi responsável por 51,9% da receita de energia no mercado próprio.



3. Resultados econômico-financeiros e remuneração aos acionistas

A receita operacional bruta da CENF totalizou R\$116,4 milhões em 2006, representando um aumento de 1,3% em relação a 2005. As despesas operacionais mostram decréscimo de 0,7%, atingindo R\$59,9 milhões. O resultado dos serviços de energia elétrica foi de R\$15,2 milhões e a geração operacional de caixa, medida pelo EBITDA ajustado, alcançou a cifra de R\$24,1 milhões. Por sua vez, o lucro líquido atingiu R\$8,1 milhões, contra R\$11,8 milhões em 2005.



Mantendo a política de remuneração aos seus acionistas, a administração da CENF distribuiu antecipadamente, em 28 de julho de 2006, dividendos no montante de R\$19,3 milhões, à razão de R\$0,20 por ação do seu capital social. Esses dividendos serão imputados como dividendos do exercício de 2006 e foram pagos com reserva de lucros.

4. As ações de cidadania da CENF

As bases e diretrizes das ações de responsabilidade social são determinadas pela Fundação Cultural Ormeo Junqueira Botelho, cujo foco está no público jovem. Através da sua Usina Cultural, a CENF deu prosseguimento aos seus programas de cunho cultural e educacional, com realizações de espetáculos musicais e teatrais. Também tiveram destaque cursos, palestras e workshops diversos, oferecidos gratuitamente à comunidade friburguense.

A seguir, indicadores financeiros relativos ao desempenho econômico-social da CENF:

Balanço Social

	2006	2005
1. Indicadores econômico-financeiros (R\$ mil)		
1.1 - Receita Operacional Líquida	75.093	76.220
1.2 - Resultado Operacional	13.305	16.509
1.3 - Folha de Pagamento Bruta	4.112	3.672
2. Indicadores Laborais (R\$ mil)		
2.1 - Alimentação	413	343
2.2 - Encargos Sociais	1.050	901
2.3 - Previdência Privada	80	11
2.4 - Saúde	154	133
2.5 - Educação	35	26
2.6 - Participação nos Resultados	1.188	1.057
2.7 - Outros Benefícios	293	109
Total - Indicadores Laborais (2.1 a 2.7)	3.213	2.580
3. Indicadores e Investimentos Sociais (R\$ mil)		
3.1 - Impostos (excluídos encargos sociais)	46.392	43.460
3.2 - Contribuição p/a Sociedade/Investimentos na Cidadania	315	328
3.3 - Programa Luz no Campo	1.021	2.294
3.4 - Programa de eficiência energética, pesquisa e desenvolvimento	307	379
Total - Indicadores e Investimentos Sociais (3.1 a 3.4)	48.035	46.461
4. Indicadores do Corpo Funcional		
4.1 - N° de empregados ao final do período	108	101
4.2 - N° de admissões durante o período	7	22
4.3- N° de mulheres que trabalham na empresa	21	20

Demonstração do valor adicionado - DVA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e 2005
(em milhares de reais)

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
1- GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Receitas de vendas de energia e serviços	116.448	114.920
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.125)	(287)
Resultado não operacional	395	482
Menos Insumos:		
Custo da energia comprada para revenda	9.144	18.175
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	20.724	17.001
Serviços de terceiros	8.849	8.783
Material	664	671
Conta de Consumo de Combustível - CCC	3.867	2.551
Conta de Desenvolvimento Energético	3.008	2.540
Outros custos operacionais	2.933	2.700
	<u>49.189</u>	<u>52.421</u>
2- VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>65.529</u>	<u>62.694</u>
Quotas de reintegrações	3.266	3.053
3- VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	<u>62.263</u>	<u>59.641</u>
4- VALOR ADICIONADO TRANSFERIDO		
Receitas financeiras	7.765	9.461
5- VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	<u>70.028</u>	<u>69.102</u>
6- DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal		
Remunerações	4.344	3.915
Entidade de previdência privada	80	11
Participação nos lucros	1.188	1.057
Governo		
INSS	794	536
ICMS	28.915	27.582
Imposto de renda, contribuição social, PIS e Cofins	16.176	14.572
RGR - Quota para reserva global de reversão	709	715
Outros	592	591
Financiadores		
Juros	9.058	8.119
Aluguéis	105	102
Distribuição do lucro		
Dividendos / Juros sobre capital próprio	7.664	11.397
Reservas de lucros	403	505
	<u>70.028</u>	<u>69.102</u>

Demonstração do Fluxo de Caixa
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e 2005
(em milhares de reais)

	2006	2005
Atividades operacionais		
(+) Recebimento de clientes	126.773	112.153
(+) Outros recebimentos	655	1.471
(-) Fornecedores	41.315	40.605
(-) Salários e encargos sociais	6.335	5.604
(-) Impostos e contribuições	45.853	49.564
(-) Outras despesas	2.751	2.045
(=) Variação de caixa das atividades operacionais	31.174	15.806
Atividades de investimentos		
(-) Dividendos pagos	21.633	3.254
(-) Aquisição de imobilizado	5.019	4.266
(+) Subvenção da União e do Estado	651	749
(=) Variação de caixa das atividades de investimentos	(26.001)	(6.771)
Atividades de empréstimos e financiamentos		
(+) Empréstimos e financiamentos obtidos	15.009	20.095
(-) Serviço da dívida	27.500	17.969
(=) Variação de caixa das atividades de empréstimos e financiamentos	(12.491)	2.126
Aumento (diminuição) do saldo líquido de caixa	(7.318)	11.161
Saldo de caixa no início do exercício	11.977	816
Saldo de Caixa no final do exercício	4.659	11.977

A Administração.

Demonstrações Financeiras

1. Balanço Patrimonial - Ativo

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2006 e 2005

(Em milhares de reais)

Ativo	Notas explicativas	2006	2005
<u>Circulante</u>			
Disponibilidades		4.202	11.562
Recursos vinculados	16	457	415
Consumidores e concessionárias	4	14.038	14.327
Títulos de créditos a receber	8	634	826
Recomposição tarifária extraordinária	6	5.690	4.710
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(1.122)	(826)
Estoques		114	96
Impostos a recuperar	9	4.160	4.829
Despesas pagas antecipadamente	10	10.665	3.083
Outros créditos		1.547	1.049
Total do circulante		40.385	40.071
<u>Não Circulante</u>			
Realizável a longo prazo			
Consumidores e concessionárias	4	451	638
Recomposição tarifária extraordinária	6	-	5.464
Créditos tributários	11	2.335	1.618
Créditos com partes relacionadas	12	2.189	23.582
Impostos a recuperar	9	883	767
Despesas pagas antecipadamente	10	1.003	1.892
Outros		31	4.545
		6.892	38.506
Permanente			
Investimentos		153	138
Imobilizado	13	38.121	36.021
Intangível	14	713	785
		38.987	36.944
Total do não circulante		45.879	75.450
TOTAL DO ATIVO		86.264	115.521

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

2. Balanço Patrimonial - Passivo

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2006 e 2005

(Em milhares de reais)

Passivo	Notas explicativas	2006	2005
<u>Circulante</u>			
Fornecedores	15	14.189	6.758
Empréstimos e financiamentos	16	16.110	15.547
Folha de pagamento		1.015	959
Tributos e contribuições sociais		3.900	3.872
Parcelamento de impostos	17	1.039	961
Juros sobre o capital próprio/dividendos		754	6.893
Encargos do consumidor a recolher		733	280
Obrigações estimadas		409	368
Outras contas a pagar		2.463	1.917
		<u>40.612</u>	<u>37.555</u>
<u>Não Circulante</u>			
<u>Exigível a longo prazo</u>			
Fornecedores	15	246	593
Empréstimos e financiamentos	16	7.951	29.029
Tributos e contribuições sociais		33	753
Parcelamento de impostos	17	5.343	5.854
Empresas controladas e coligadas	12	1.615	-
Provisões para contingências	22	2.052	1.984
Outras contas a pagar		-	68
Total do não circulante		<u>17.240</u>	<u>38.281</u>
<u>Patrimônio líquido</u>			
Capital social	18	21.000	21.000
Reservas de capital		183	183
Reservas de lucros		7.229	18.502
		<u>28.412</u>	<u>39.685</u>
TOTAL DO PASSIVO		<u>86.264</u>	<u>115.521</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

3 Demonstrações do Resultado

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005
 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Notas explicativas	2006	2005
Receita operacional			
Fornecimento de energia elétrica	19	112.241	111.046
Suprimento de energia elétrica	19	21	220
Disponibilização do sist. De transm. E de distribuição	19	1.876	1.489
Outras Receitas Operacionais	19	2.310	2.165
		116.448	114.920
Deduções da receita operacional			
ICMS		28.915	27.582
PIS		1.934	1.856
COFINS		9.797	8.547
Quotas para RGR		709	715
		41.355	38.700
		75.093	76.220
Receita operacional líquida			
Custo com energia elétrica	20	29.868	35.176
Energia elétrica comprada para revenda	20	9.144	18.175
Encargos de uso do sist. de transm. e distribuição	20	20.724	17.001
Custo de operação	20	17.241	14.439
Pessoal e administradores	20	2.396	1.308
Material	20	511	664
Serviços de terceiros	20	3.091	3.176
Conta de consumo de combustível - CCC	20	3.867	2.551
Conta de desenvolvimento energético - CDE	20	3.008	2.540
Depreciação e amortização	20	2.902	2.731
Outras	20	1.466	1.469
Custo do serviço prestado a terceiros	20	79	124
		47.188	49.739
		27.905	26.481
Lucro operacional bruto			
Despesas operacionais			
Despesas com vendas	20	4.443	2.512
Despesas gerais e administrativas	20	8.272	8.074
		12.715	10.586
		15.190	15.895
Resultado do serviço			
Receitas (despesas) financeiras			
Receita de aplicações financeiras		150	806
Variação monetária e acréscimo moratório de energia vendida		1.516	2.035
Outras Receitas Financeiras		6.099	6.620
Encargos de dívidas		(6.037)	(5.170)
(-) Transferência para o imobilizado em curso		19	69
Juros sobre o capital próprio		-	(3.539)
Outras despesas financeiras		(3.632)	(3.746)
		(1.885)	(2.925)
		13.305	12.970
Resultado operacional			
Resultado não operacional			
Receita não operacional	27	553	782
Despesa não operacional	27	158	300
		395	482
Lucro antes da contribuição social, imposto de renda, participações e juros sobre o capital próprio			
Contribuição social	11	(1.230)	(1.131)
Imposto de renda	11	(3.215)	(3.038)
Lucro antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio			
Participações de empregados e administradores		(1.188)	(1.057)
Reversão dos juros sobre o capital próprio		-	3.539
		9.255	9.283
Lucro líquido do exercício			
		8.067	11.765
Lucro líquido por ação - R\$			
		0,08	0,12

4. Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos

**Demonstrações das origens e aplicações de recursos
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e 2005**
(Em milhares de reais)

	<u>Notas explicativas</u>	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Origens de recursos			
Das operações			
Lucro líquido do exercício		8.067	11.765
Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante:			
Depreciação e amortização	20	3.266	3.053
Valor residual de ativo permanente baixado		192	144
Juros e variações monetárias de itens de longo prazo		(2.947)	(4.800)
Provisão para contingências	22	233	640
Créditos tributários	11	(717)	64
Total oriundo das operações		<u>8.094</u>	<u>10.866</u>
De terceiros			
Empréstimos e financiamentos captados		2.356	29.919
Contribuição de consumidores, da União e do Estado	13	651	749
Recebimento de créditos com partes relacionadas	12	21.393	-
Redução do realizável a longo prazo		14.929	-
		<u>39.329</u>	<u>30.668</u>
Total das origens		<u>47.423</u>	<u>41.534</u>
Aplicações de recursos			
No investimento		15	12
No imobilizado	13	6.006	4.830
No intangível	14	131	198
No realizável a longo prazo		-	2.525
Transferência do exigível a longo prazo para o circulante		24.674	12.476
Dividendos	18.3	19.340	11.397
Total das aplicações		<u>50.166</u>	<u>31.438</u>
Aumento (redução) do capital circulante líquido		<u>(2.743)</u>	<u>10.096</u>
Demonstração da variação do capital circulante líquido			
Ativo circulante			
No início do exercício		40.071	24.344
No fim do exercício		40.385	40.071
		<u>314</u>	<u>15.727</u>
Passivo circulante			
No início do exercício		37.555	31.646
Ajuste de exercício anterior	18.2	-	(278)
No fim do exercício		40.612	37.555
		<u>3.057</u>	<u>5.631</u>
Aumento (redução) do capital circulante líquido		<u>(2.743)</u>	<u>10.096</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

5. Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e 2005

(Em milhares de reais)

Nota explicativa	Reservas de capital			Reservas de lucros					Total
	Capital social	Remuneração de imobilizado em curso	Outras reservas de capital	Estatutária	Legal	Lucros a realizar	Retenção de lucros	Lucros acumulados	
Saldos em 01 de janeiro de 2005	21.000	179	4	2.008	1.523	969	13.912	-	39.595
Ajuste de exercício anterior	18.2	-	-	-	-	-	-	(278)	(278)
Realização de reserva de lucros a realizar	18.5	-	-	-	-	(484)	-	484	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	11.765	11.765
Proposta de destinação do lucro líquido ajustado do exercício:									
Reserva legal	-	-	-	-	574	-	-	(574)	-
Dividendos	18.3	-	-	-	-	-	-	(7.858)	(7.858)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(3.119)	(3.119)
Imposto de renda retido na fonte incidente sobre os juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(420)	(420)
Retenção de lucros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2005	21.000	179	4	2.008	2.097	485	13.912	-	39.685
Transferência para lucros acumulados	-	-	-	-	-	(485)	(11.191)	11.676	-
Dividendos antecipados	18.3	-	-	-	-	-	-	(11.676)	(11.676)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	8.067	8.067
Proposta de destinação do lucro líquido ajustado do exercício:									
Reserva legal	-	-	-	-	403	-	-	(403)	-
Dividendos	18.3	-	-	-	-	-	-	(7.664)	(7.664)
Saldos em 31 de dezembro de 2006	21.000	179	4	2.008	2.500	-	2.721	-	28.412

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e 2005
(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Companhia de Eletricidade de Nova Friburgo - CENF é uma concessionária de serviços públicos de energia elétrica, que atende a 85.181 consumidores (informação não auditada pelos auditores independentes) no município de Nova Friburgo, no Estado do Rio de Janeiro.

A CENF apresenta no exercício findo, endividamento de R\$24.061 (R\$44.576 em 2005), registrados como empréstimos e financiamentos. A Administração está empenhada na melhoria da estrutura de capital, buscando instrumentos que permitam reduzir ainda mais os custos das dívidas de curto prazo e, conseqüentemente proporcionar um alongamento natural de seu perfil, o que, juntamente com a geração de lucros, previstos nos orçamentos e projeções internas, deverão reduzir as necessidades de refinanciamento dos passivos.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, normas e disposições da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e legislação específica aplicável às concessionárias de Serviços Públicos de Energia Elétrica, estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, preponderantemente o "Manual de Contabilidade de Serviço Público de Energia Elétrica".

Essas demonstrações financeiras incorporam as alterações trazidas pelos seguintes normativos contábeis: (i) Normas e Procedimentos de Contabilidade 27 (NPC 27) - Apresentação e Divulgações, emitido pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - Ibracon, em 03 de outubro de 2005, aprovada pela Deliberação CVM nº 488, naquela mesma data; e (ii) - Normas e Procedimentos de Contabilidade 22 (NPC22) - Provisões, Passivos, Contingências Passivas e Contingências Ativas, emitido pelo Ibracon, em 03 de outubro de 2005, aprovada pela Deliberação CVM n 489, naquela mesma data. Nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2005, apresentadas para fins de comparação, foram efetuadas determinadas reclassificações para adequá-las às Deliberações mencionadas, e permitir aos usuários a comparabilidade com o exercício corrente. As principais alterações resultantes da aplicação dessas Deliberações foram as seguintes:

- . Apresentação do grupo "Não circulante" no ativo e no passivo;
- . Apresentação da conta "Intangível", classificada no grupo "Não Circulante"; e
- . Reclassificação dos depósitos judiciais, anteriormente classificados no ativo, para o passivo, como redutor da conta "provisão para contingências".

3 Sumário das principais práticas contábeis

- a) As aplicações no mercado aberto e os recursos vinculados estão representados por aplicações em fundos de curto prazo e certificados de depósitos bancários que estão registrados pelo valor atualizado na data do balanço;
- b) Consumidores e concessionárias englobam o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada por estimativa, até o encerramento do balanço, reconhecidos pelo regime de competência;
- c) A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face a eventuais perdas na realização dos créditos e levando em conta as instruções da ANEEL;
- d) Os estoques estão valorizados ao custo médio da aquisição, que não excede seu valor de mercado;

- e) Os investimentos estão contabilizados ao custo, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995;
- f) O imobilizado está demonstrado ao custo, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. As adições, a partir dessa data, estão contabilizadas ao custo. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base no prazo de vida útil estimado dos bens, conforme descrito à nota nº 13 e são debitadas ao resultado do exercício ou ao custo das imobilizações em curso;
- Os valores das obrigações vinculadas à concessão são reconhecidos no balanço patrimonial no momento em que os recursos são efetivamente recebidos. Até a presente data estes valores não sofrem qualquer tipo de amortização ou atualizações monetárias.
- g) O intangível está representado pelo custo de aquisição das faixas de servidões permanentes e software de manutenção de sistema corporativo. A amortização dos softwares está sendo realizada pelo prazo de 5 anos;
- h) Os juros, demais encargos financeiros e efeitos inflacionários, relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, foram capitalizados e estão registrados neste subgrupo como custo. A CENF optou por não mais capitalizar os juros sobre os investimentos em imobilizado em curso financiados com recursos próprios a partir de 1999;
- i) Os empréstimos e financiamentos estão atualizados pelas taxas contratuais na data de encerramento dos exercícios;
- j) O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10%. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9%. Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos foram constituídos em conformidade com a Instrução CVM nº 371/02.
- k) As contingências passivas estão provisionadas por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos prováveis desfechos desfavoráveis;
- l) As receitas e despesas são reconhecidas no resultado do exercício pelo regime de competência;
- m) Os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço;
- n) A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da compra e venda de energia elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa e Provisão para Contingências.

4 Consumidores e concessionárias

Classes de consumidores	Saldos		Vencidos				Total	
	Vincendos	até 30 dias	de 31 a 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 360 dias	Há mais de 360 dias	2006	2005
Residencial	2.771	1.524	319	155	53	6	4.828	5.027
Industrial	1.387	154	33	7	26	-	1.607	1.619
Comércio, serviços e outras atividades.	1.512	392	119	45	16	43	2.127	2.362
Rural	88	59	6	1	2	-	156	142
Poder público:								
Federal	16	8	3	2	2	12	43	34
Estadual	41	20	6	6	5	30	108	87
Municipal	224	110	35	33	28	160	590	469
Iluminação pública	440	-	-	-	-	-	440	476
Serviço público	216	-	-	-	3	305	524	539
Subtotal - consumidores	6.695	2.267	521	249	135	556	10.423	10.755
Concessionárias (*)							402	454
Fornecimento não faturado							3.058	2.873
Outras							606	883
Total	6.695	2.267	521	249	135	555	14.489	14.965
Circulante							14.038	14.327
Não circulante							451	638

(*) Inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

A Companhia constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa dos créditos vencidos, conforme critérios técnicos estabelecidos pela ANEEL.

O saldo da conta de consumidores e concessionárias em 31 de dezembro de 2006 e 2005, inclui o registro dos valores referentes à comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE no montante de R\$368 (R\$401 em 2005), relativo ao período de setembro de 2000 a dezembro de 2006, deduzido das liquidações parciais ocorridas até 31 de dezembro de 2006. Esses saldos foram apurados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE.

A composição financeira desses valores, está demonstrada a seguir:

Composição dos créditos da CCEE	2006	2005
Saldos a vencer	-	33
Créditos vinculados a liminares de dezembro de 2002	302	302
Parcela em negociação	66	66
	<u>368</u>	<u>401</u>
(-) Encargos de serviços do sistema	-	(35)
	<u>368</u>	<u>366</u>

A Companhia não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre os saldos vinculados às referidas liminares, por entender que os valores serão integralmente recebidos seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente ou de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE.

5 Reposição tarifária periódica

A ANEEL, através da Resolução nº 119, de 13 de junho de 2005, homologou de forma definitiva o resultado da primeira Revisão Tarifária Periódica da CENF (25,4%, com fator Xe de 0,7438%) para vigorarem a partir de 18 de junho de 2004, nos reajuste tarifários anuais para os anos de 2005 a 2007, serão acrescidos à "Parcela B" de cada ano, o valor de R\$994, valor esse referenciado à data base da revisão tarifária da CENF e serão atualizados pela variação do IGP-M.

A CENF já reconheceu no período de junho de 2004 a dezembro de 2006, receita relativa a Parcela B de R\$5.755 (R\$5.009 em 2005), tendo sido contabilizado no exercício R\$746 na rubrica "fornecimento de energia elétrica". Do montante de R\$5.755 a CENF já repassou aos seus consumidores R\$4.741 (R\$2.149 em 2005). O saldo remanescente de R\$1.014 (R\$2.860 em 2005), acrescido de R\$269 (R\$223 em 2005) de atualização monetária, encontra-se registrado na rubrica de "despesas pagas antecipadamente" no ativo circulante.

6 Recomposição tarifária extraordinária (RTE)

Através das Resoluções nº 480, 481, 482 e 483 de agosto de 2002 e da Resolução nº 1 de 12 de janeiro de 2004 da ANEEL, os valores homologados relativos à recomposição tarifária extraordinária, energia livre e parcela A, estão demonstrados a seguir:

	Perda de receita	Energia livre	Parcela A	Total
Resoluções nº	480/02, 481/02 e 1/04	1/04 e 45/04	482/02 e 1/04	
Valor homologado	9.265	1.456	1.859	12.580
Amortizações acumuladas	(10.104)	(1.292)	-	(11.396)
Remunerações acumuladas	6.101	854	2.035	8.990
Saldos em 31/12/2005	5.262	1.018	3.894	10.174
Amortização no exercício	(3.439)	(586)	-	(4.025)
Atualização monetária no exercício	625	122	586	1.333
Provisão para Perdas	(1.462)	(330)	-	(1.792)
Saldos em 31/12/2006	986	224	4.480	5.690

A Resolução ANEEL nº 1, de 12 de janeiro de 2004, estabeleceu a vigência do reajuste tarifário extraordinário - RTE nas tarifas de fornecimento de energia elétrica da CENF, para recomposição de perdas de receita e energia livre, pelo prazo máximo de 64 meses, a partir de janeiro de 2002.

As projeções de faturamento da Companhia, indicam que o prazo máximo estipulado pela ANEEL, será insuficiente para a realização da Recuperação Tarifária e Energia Livre na sua plenitude. Diante disso, a Administração da Companhia optou por efetuar uma provisão de perdas da RTE no montante de R\$1.792, em contrapartida de outras despesas operacionais R\$1.462, e de baixa de obrigações com fornecedores de energia livre no passivo circulante de R\$330.

A Resolução ANEEL nº 1 de 12 de janeiro de 2004, além de determinar os prazos para a recomposição da perda de receita e energia livre, homologou o montante da "Parcela A" e a recuperação dos valores desta se dará pelo mecanismo equivalente da RTE, sem considerar a limitação dos prazos acima citados.

Em 20 de dezembro de 2005, a ANEEL, através do Ofício Circular nº 2.212, estabeleceu os seguintes procedimentos para o cálculo da remuneração:

- Perda de Receita - para as concessionárias que obtiveram financiamentos junto ao BNDES - taxa SELIC, acrescida de juros de 1% a.a., aplicada sobre os 90% dos valores homologados pela ANEEL; e taxa SELIC aplicada sobre os 10% não financiados;
- Energia Livre - para as Geradoras que obtiveram financiamentos junto ao BNDES, procedimento idêntico ao aplicado para Perda de Receita e para as Geradoras que não obtiveram financiamento taxa SELIC;
- "Parcela A"- a remuneração deverá ser apropriada utilizando a taxa SELIC.

7 Subvenções a receber - baixa renda

A Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, estabeleceu as diretrizes para enquadramento na subclasse residencial baixa renda, da unidade consumidora com consumo mensal inferior a 80 kWh, tendo o Decreto nº 4.336, de 15 de agosto de 2002, ampliado a regulamentação de enquadramento, para unidades consumidoras com consumo mensal entre 80 e 220 kWh, desde que cumpridos certos requisitos.

Em decorrência de nova classificação, a CENF procedeu ao levantamento das perdas de receita, apurando no exercício R\$2.500 (R\$2.353 em 2005), tendo a Eletrobrás já ressarcido a concessionária R\$2.115 (R\$1.932 em 2005). Esta receita está sendo custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão, e da CDE - Conta de desenvolvimento Energético, estando registrados no balanço patrimonial na rubrica "Outros créditos", no ativo circulante.

8 Títulos de créditos a receber

Correspondem às contas de energia elétrica em atraso, renegociadas com os consumidores através de Termos de Confissão de Dívida com atualização com base na variação do IPCA. Em 31 de dezembro de 2006, estes créditos montam em R\$664 (R\$846 em 2005), sendo R\$634, (R\$826 em 2005) classificados no ativo circulante e R\$30 (R\$20 em 2005) na rubrica "outros" no ativo não circulante.

Do montante dos Títulos de Créditos a Receber, a Companhia possui provisão para créditos de liquidação duvidosa, constituída da ordem de R\$92 (R\$31 em 2005) e classificada no ativo circulante.

9 Impostos a recuperar

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
.Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	971	1.356
.Imposto de Renda a compensar	759	1.117
.Contribuição Social Sobre o Lucro - CSSL	391	653
.Programa de Integração Social - PIS	198	133
.Contribuição para a Seguridade Social - COFINS	2.686	2.337
.Outras	38	-
	<u>5.043</u>	<u>5.596</u>
Circulante	4.160	4.829
Não circulante	883	767

10 Despesas pagas antecipadamente

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Efeitos regulatórios da parcela de PIS e COFINS (1)		
.PIS (dezembro de 2002 a maio de 2005)	207	500
.COFINS (fevereiro de 2004 a maio de 2005)	956	1.416
Diferimento da reposição tarifária periódica (vide nota explicativa nº 5)	1.283	3.083
Conta de compensação dos custos da parcela A - CVA (2)	7.870	-
Proinfa (2)	-	28
Outros	1.352	(52)
	<u>11.668</u>	<u>4.975</u>
Circulante	10.665	3.083
Não circulante	1.003	1.892

(1) PIS/COFINS

Em conformidade com o Contrato de Concessão e o disposto no parágrafo 3º, do artigo 9º da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que assegura o direito à recomposição tarifária pelo aumento da carga tributária, a Companhia de Eletricidade de Nova Friburgo - CENF procedeu ao reconhecimento dos valores apurados em consequência da mudança do critério de tributação para não cumulatividade, conforme Lei 10.637/02 do PIS, de 30/12/2002, e Lei 10.833/03 da COFINS, de 29/12/2003.

A ANEEL homologou as diferenças sem cobertura tarifária do período de dezembro de 2002 até junho de 2006, para o Pis e de fevereiro de 2004 até junho de 2006, para a Cofins. Os saldos existentes em 31 de dezembro de 2006, da ordem de R\$1.163, será amortizado nos próximos eventos tarifários.

A ANEEL, a partir de 01 de julho de 2005, excluiu as contribuições do PIS/COFINS do cálculo da tarifa de energia elétrica. A CENF passou a partir da data mencionada, a adicionar às tarifas de energia elétrica, as despesas efetivas incorridas com essas contribuições.

(2) Conta de compensação dos custos da Parcela A - CVA

Refere-se a custos da Parcela A (CCC, CDE, Encargos do Serviços do Sistema, RGR, Energia comprada, Proinfa, etc) ainda não repassados para as tarifas de energia elétrica. Os respectivos valores serão inclusos no próximo evento tarifário.

A CENF, reconheceu no exercício de 2006, parcela referente a CVA de repasse dos custos da CUSD e do Programa Luz para Todos, contabilizados na rubrica de despesas operacionais respectivas.

11 Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa dos exercícios de 2006 e 2005, calculada pela aplicação das alíquotas fiscais vigentes do imposto de renda e contribuição social, é demonstrada como segue:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	13.700	13.452
Despesa de imposto de renda e da contribuição social, calculados à alíquota fiscal de 34%.	(4.658)	(4.574)
Ajustes:		
Itens permanentes	213	405
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(4.445)</u>	<u>(4.169)</u>
 <u>Crédito tributário reconhecido no balanço</u>		
Diferenças temporárias		
Imposto de renda	1.717	1.190
Contribuição social	618	428
Total	<u>2.335</u>	<u>1.618</u>

Em atendimento às disposições contidas na instrução CVM nº 371/02, a Administração, baseada nas projeções de resultado estima a realização total dos créditos fiscais nos próximos exercícios fiscais (2007 a 2010).

12 Transações com partes relacionadas

Apresentamos os saldos das operações efetuadas no exercício:

	2006						2005
	Cia. Força e Luz Cataguazes-Leopoldina	Saelpa	UTEJF (*)	Multipar S/A	Energisa S/A	Total	Total
Saldos:							
Adiantamentos e empréstimos							
. A receber (a pagar)	(86)	(10)	-	2.189	(1.519)	574	23.279
Transações:							
. Energia comprada	-	-	83	-	-	83	677
. Serviços contratados	8.135	-	-	-	-	8.135	7.686
. Custo e uso de conexão	826	-	-	-	-	826	490
. Aluguel	48	-	-	-	-	48	48
. Receita (despesa) financeira	1.216	1.824	-	23	(16)	3.047	3.467

(*) Em 2005, o valor a pagar à UTEJF, R\$57 está contabilizado no rubrica "Fornecedores" no passivo circulante e R\$246 no passivo não circulante - exigível a longo prazo.

Os adiantamentos e empréstimos são originários de transações comerciais e financeiras normais no curso das operações e são remunerados pela taxa média de captação junto a terceiros. No exercício, a taxa de captação foi em média de CDI + 1,61% a.a.

Os preços praticados dos serviços contratados, referentes às áreas administrativas e apoio, levam em conta a recuperação dos custos efetivamente incorridos, acrescidos de um resultado líquido de impostos da ordem de 10%.

Essas operações foram realizadas em condições usualmente praticadas no mercado e estão amparadas por contratos de longo prazo submetidos à aprovação da ANEEL.

13 Imobilizado

	2006	2005
Em serviço		
Produção		
Geração hidráulica	4.876	4.856
Sistema de transmissão de conexão	789	789
Distribuição		
Linhas, redes e subestações	62.562	57.825
Administração	1.732	1.428
Comercialização	160	160
	<u>70.119</u>	<u>65.058</u>
Depreciação acumulada		
Produção		
Geração hidráulica	(1.887)	(1.760)
Sistema de transmissão de conexão	(101)	(80)
Distribuição		
Linhas, redes e subestações	(25.179)	(22.902)
Administração	(762)	(633)
Comercialização	(62)	(47)
	<u>(27.991)</u>	<u>(25.422)</u>
Em curso		
Produção		
Geração hidráulica	194	4
Distribuição		
Linhas, redes e subestações	3.329	3.334
Administração	90	16
	<u>3.613</u>	<u>3.354</u>
Subtotal	<u>45.741</u>	<u>42.990</u>
Contribuições de consumidores	(6.962)	(6.431)
Subvenção da União - recursos CDE	(163)	(43)
Participação do Governo do Estado do Rio de Janeiro	(495)	(495)
Obrigações vinculadas à concessão	(7.620)	(6.969)
Total	<u>38.121</u>	<u>36.021</u>

Os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL n.º 20/99, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando, ainda, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada até a definitiva aplicação na concessão.

As obrigações vinculadas à concessão (contribuições do consumidor), representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão da CENF.

As subvenções da União - recursos CDE, são proveniente da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e estão destinadas ao programa Luz para Todos.

A Resolução Normativa ANEEL nº 234, de 31 de outubro de 2006, estabelece os conceitos gerais, as metodologias e os procedimentos iniciais para realização do segundo ciclo de revisão tarifária periódica, que na CENF ocorrerá em junho de 2008 e altera o tratamento das obrigações especiais, que passarão a ser amortizadas pela taxa média de depreciação dos ativos. A Administração está avaliando os possíveis impactos nas demonstrações contábeis futuras.

As taxas anuais de depreciação, de acordo com a Resolução ANEEL nº 044, de 17 de março de 1999, alterada pela Resolução ANEEL nº 473, de 06 de março de 2006, são as seguintes:

	Percentuais médios	
	2006	2005
Geração:		
Hidráulica	2,6	2,3
Distribuição	4,6	4,6
Comercialização	5,1	5,1
Administração e outros	7,7	5,8

Durante os exercícios de 2006 e 2005 a Companhia efetuou transferência de encargos financeiros para o Imobilizado em curso, conforme abaixo:

	Distribuição	
	2006	2005
Encargos financeiros contabilizados no resultado	6.037	5.170
(-) transferência para o imobilizado em curso	(19)	(69)
Efeito líquido no resultado	6.018	5.101

Programa Nacional de Universalização e Luz Para Todos - não auditado

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através da Resolução nº 223, de 29 de abril de 2003, alterada pela Resolução nº 52, de 25 de março de 2004, estabeleceu as condições gerais para elaboração dos Planos de Universalização de Energia Elétrica visando ao atendimento de novas ligações para o fornecimento de energia elétrica a unidades consumidoras ainda não atendidas. Tal atendimento foi regulamentado pelos artigos 14 e 15 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, que fixou as responsabilidades das concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica. A Lei nº 10.762, de 11 de novembro de 2003, alterou, então, a prioridade de atendimento aos municípios com menores índices de desenvolvimento humano (IDH) e de eletrificação, tendo limitado a responsabilidade das concessionárias, nesses atendimentos, a apenas novas unidades, ligadas em baixa tensão (inferior a 2,3 kV), com carga instalada de até 50 kW.

Paralelamente, através do Decreto Presidencial nº 4.873, de 11 de novembro de 2003, o Governo Federal instituiu, sob a coordenação do Ministério de Minas e Energia - MME a ser operacionalizado com a participação das Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Eletrobrás e das empresas que compõem o sistema Eletrobrás, o Programa "LUZ PARA TODOS" - PLT, destinado a propiciar, até 2008, o atendimento com energia elétrica à toda a parcela da população do meio rural brasileiro que ainda não tem acesso a esse serviço. De acordo com art. 2º do citado Decreto, os recursos necessários para o custeio do Programa serão oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, instituída como subvenção econômica pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, da Reserva Global de Reversão RGR, instituída pela Lei nº 5.655, de 20 de maio de 1971, de agentes do setor elétrico, da participação dos Estados, Municípios e outros destinados ao Programa. A Portaria Ministerial nº 38, emitida em 9 de março de 2004, publicou o Manual de Operacionalização do PLT, tendo sido revogada pelas Portarias nº 447, em 31 de dezembro de 2004, nº 115, em 22 de maio de 2006, e atualmente, pela Portaria nº 287, de 17 de novembro de 2006, que aprovou a quarta revisão do citado Manual de Operacionalização, o qual estabelece os critérios técnicos, financeiros, procedimentos e prioridades que serão aplicados no referido Programa.

Foi necessário, então, compatibilizar os Planos, de forma a atender a todas as unidades existentes no meio urbano e rural, tendo em vista existirem, nos citados documentos legais, diferenças de critérios para priorização das unidades a serem atendidas, cuja normatização se deu com a publicação da Resolução Normativa nº 175, de 28 de novembro de 2005.

A universalização dos serviços de energia elétrica na área de concessão da controlada CENF foi atingida em 2006. Na área rural, foram efetivadas 497 ligações no âmbito do Programa Luz Para Todos. Novas solicitações caracterizam-se como crescimento vegetativo e são prontamente atendidas.

A CENF assinou Termo de Compromisso com o Ministério de Minas e Energia - MME e com Governo Estadual, com a interveniência da ANEEL e da Eletrobras, para o estabelecimento das premissas relativas à implantação do Programa "LUZ PARA TODOS", no que tange à origem dos Recursos Financeiros e Metas, cujos percentuais de participação, anos de conclusão dos planos, valores a serem investidos e quantidade de consumidores a serem atendidos encontram-se abaixo:

<u>Agentes</u>	<u>% de Participação</u>
Governo Estadual	33
Governo Federal-CDE	10
Distribuidora - RGR	42
Distribuidora - próprios	15
Ano de Conclusão	2006
R\$ milhões a investir	1,5
Consumidores a atender	404

Entretanto, no curso do programa, notou-se que a maior divulgação do mesmo, associada a uma crescente credibilidade quanto ao seu cumprimento em função dos trabalhos de eletrificação que vinham sendo efetivados, estimulou muitos proprietários a se cadastrarem como beneficiários em potencial.

Até 31 de dezembro de 2006, a Companhia efetuou aplicação no Programa "LUZ PARA TODOS" de R\$3.315 (R\$2.294 até 31 de dezembro de 2005), tendo já recebido recursos de R\$848 (R\$226 em 2005).

A Eletrobrás deverá repassar para a Companhia R\$1.970 referente à participação da União no Programa, cujo montante ainda não foi liquidado.

14 Intangível

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Distribuição:		
Custo de Aquisição de Softwares	1.104	973
Amortização acumulada de softwares	(391)	(188)
Total	<u>713</u>	<u>785</u>

Os softwares estão sendo amortizados à razão de 20% a.a.

15 Fornecedores

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
CIRCULANTE		
Suprimento:		
Ampla	2.886	2.225
Contratos bilaterais	-	57
Energia Livre	805	1.042
Uso do sistema de distribuição (CUSD)	6.834	2.321
Materiais e serviços	1.131	1.078
Conta de compensação de custos da Parcela "A"	2.533	-
Outros	-	35
	<u>14.189</u>	<u>6.758</u>
NÃO CIRCULANTE		
Suprimento:		
Parcela compensatória	246	246
Energia livre	-	347
	<u>246</u>	<u>593</u>
TOTAL	<u><u>14.435</u></u>	<u><u>7.351</u></u>

16 Empréstimos e financiamentos

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
<u>Em moeda nacional:</u>		
.Com juros de até 8% a.a. e atualização monetária com base na variação da taxa RGR (Eletrobrás);	892	705
.Com juros de até 3% a.a. acima da taxa de variação do CDI (Bancos: Santander, Credit Suisse);	12.310	19.033
.Com atualização de 109% da taxa CDI (FIDC)	6.968	10.153
.Com juros de 1% a.a. e atualização monetária com base na variação da Taxa Selic (BNDES).	3.891	5.645
.Com juros 3,1% a 11,35% a.a. acima da taxa de variação do CDI (Bancos: Guanabara, Nordeste, Cédula, Mercantil, Bradesco, BVA);	-	9.040
Total	<u>24.061</u>	<u>44.576</u>
.Circulante	16.110	15.547
.Não circulante	7.951	29.029

A rubrica "recursos vinculados" no ativo circulante no valor de R\$ 457 (R\$415 em 2005) que representam os recursos mantidos em aplicações financeiras para garantia de pagamento dos empréstimos.

Os financiamentos obtidos junto a Eletrobrás e às instituições financeiras estão garantidos por parcelas da receita.

O contrato firmado com o FIDC possui cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de dezembro de 2006 as exigências contratuais foram cumpridas.

Os principais indicadores utilizados para a atualização de empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais no ano:

<u>Moeda/indicadores</u>	<u>2006</u>	<u>2005</u>
SELIC	15,08%	19,04%
CDI	15,03%	18,99%

Os financiamentos de longo prazo têm seus vencimentos assim programados:

	<u>2006</u>
2008	7.357
2009	69
2010	69
2011	68
2012	68
Após 2012	320
	<u>7.951</u>

17 Parcelamento de impostos

Em 31 de julho de 2003, a CENF aderiu ao Parcelamento Especial - PAES, instituído pela Lei 10.684 de 30 de maio de 2003, que possibilitou o parcelamento de débitos vencidos até 28 de fevereiro de 2003, junto à Secretaria da Receita Federal, à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em até 180 parcelas. Em 31 de dezembro, esses débitos totalizam R\$6.382 (R\$6.815 em 2005) e a liquidação está assim programada:

<u>Ano</u>	<u>2006</u>	<u>2005</u>
2006	-	961
2007	1.039	961
2008	1.039	961
2009	985	912
2010	932	857
Após 2010	2.387	2.163
Total	<u>6.382</u>	<u>6.815</u>
Circulante	1.039	961
Não circulante	5.343	5.854

18 Patrimônio Líquido

18.1 Capital social

O capital social, subscrito e integralizado, está representado por 82.215.000 ações ordinárias e 14.483.948 ações preferenciais, todas sem valor nominal.

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembléia Geral. As ações preferenciais terão todos os direitos reservados às ações ordinárias, menos o de voto nas Assembléias, direito esse que adquirirão nos casos previstos na legislação vigente.

18.2 Ajuste de exercícios anteriores

A ANEEL através da Resolução 176, de 28 de novembro de 2005, estabeleceu novos critérios e procedimentos para contabilização dos custos com Pesquisa & Desenvolvimento (Programa de Eficiência Energética - PEE, Pesquisa & Desenvolvimento - P&D e Empresa de Pesquisa Energética - EPE), anteriormente registrado pelo regime de caixa devam passar a ser reconhecidos pelo de competência. O IBRACON através do Comunicado Técnico de 03/06, concluiu que os custos de exercícios anteriores seriam levados a débito da conta de lucros acumulados. A Companhia contabilizou em 31 de dezembro de 2005 o montante de R\$278, líquido de impostos, diretamente no patrimônio líquido.

18.3 Dividendos

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Em 2006, a Administração pagou contra reservas de lucros, constituídas até dezembro de 2005, dividendos no montante de R\$11.676, a razão de R\$0,12 por ação.

O saldo remanescente do lucro do exercício, após a constituição da reserva legal, no valor de R\$7.664 (R\$11.397 em 2005), também foram pagos no curso do exercício, à razão de R\$0,079 (R\$0,0144 em 2005) por ação.

18.4 Reserva estatutária

O estatuto social também prevê a constituição de uma reserva estatutária com 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 80% do capital social, destinada à ampliação e renovação de instalações e investimentos.

18.5 Reserva de lucros a realizar

Constituída até 31 de dezembro de 1995, com base no saldo da correção monetária de balanço, sendo revertida para lucros acumulados, integrando a base de cálculo dos dividendos, quando esses lucros são realizados mediante alienação, baixa ou depreciação dos ativos a que se vinculam.

19 Fornecimento de energia elétrica

	Não auditado				R\$	
	Nº de consumidores		MWh			
	2006	2005	2006	2005	2006	2005
Residencial	75.600	73.620	128.036	125.303	57.716	53.927
Industrial	864	772	49.050	53.837	16.671	16.448
Comercial	7.568	7.461	55.437	57.383	24.337	23.746
Rural	759	709	7.022	6.576	1.587	1.421
Poder público:						
. Federal	49	51	984	966	457	416
. Estadual	68	72	1.373	1.412	668	607
. Municipal	186	197	3.769	3.834	1.826	1.654
Iluminação pública	1	1	20.438	20.177	5.382	5.008
Serviço público	66	68	8.815	9.109	2.666	2.571
Consumo próprio	19	20	359	339	-	-
Subtotal	85.180	82.971	275.283	278.936	111.310	105.798
Suprimento de energia elétrica	1	1	1.822	3.563	21	220
Fornecimento não faturado (líquido)	-	-	1.283	(540)	185	239
Diferença Reajuste Tarifário	-	-	-	-	746	5.009
Disponib. Sist. Transmissão e Distribuição	-	-	-	-	1.876	1.489
Outras receitas	-	-	-	-	2.310	2.165
Total	85.181	82.972	278.388	281.959	116.448	114.920

20 Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na Demonstração do Resultado do Exercício, possuem a seguinte composição por natureza de gastos:

Natureza do gasto	Custo dos Serviços			Despesas operacionais		Total	
	Com Energia	De operação	Prestado a terceiros	Com vendas	Gerais e administrativas	2006	2005
Energia elétrica comprada para revenda	9.144	-	-	-	-	9.144	18.175
Encargo de uso-sist. de trans. e distrib.	20.724	-	-	-	-	20.724	17.001
Pessoal e administradores	-	2.396	9	1.273	1.460	5.138	4.451
Entidade de previdência privada	-	-	-	-	80	80	11
Material	-	511	11	63	79	664	671
Serviços de terceiros	-	3.091	57	881	4.820	8.849	8.783
Depreciação e amortização	-	2.902	-	15	349	3.266	3.053
Provisão p/créd. liquidação duvidosa	-	-	-	2.125	-	2.125	287
Provisões para contingências	-	-	-	-	233	233	640
Conta de desenv.energético - CDE	-	3.008	-	-	-	3.008	2.540
Conta de consumo de combustível	-	3.867	-	-	-	3.867	2.551
Outras	-	1.466	2	86	1.251	2.805	2.162
Total	29.868	17.241	79	4.443	8.272	59.903	60.325

21 Remuneração dos administradores

No exercício a remuneração dos administradores foi de R\$906 (R\$860 em 2005).

22 Provisões para contingências

Contingência	2006		2005	
	No exercício	Acumulada	No exercício	Acumulada
Longo prazo:				
Trabalhista	-	344	(528)	344
Cíveis	233	2.092	1.367	1.859
Fiscais	-	386	(2.044)	386
Subtotal	233	2.822	(1.205)	2.589
Depósitos e cauções vinculados	(165)	(770)	956	(605)
Total	68	2.052	(249)	1.984

Movimentação das provisões	2006	2005
Saldo inicial	2.589	3.794
Provisão (reversão) no exercício	233	640
Transferência para o passivo circulante		(1.845)
Saldo final	2.822	2.589

. Contingências trabalhistas

Durante o exercício de 2006, foi efetuada análise específica dos processos trabalhistas em andamento por assessoria jurídica independente e, em consequência

disso, constatou-se a necessidade de provisão adicional para cobrir prováveis perdas. A maioria dessas ações tem por objeto pedidos de horas extras, equiparação salarial, FGTS e verbas contratuais/legais.

. Cíveis

Nos processos cíveis discutem-se principalmente indenizações por danos morais/materiais e reclamações de consumidores, envolvendo débitos de energia. Há também ações judiciais de consumidores reivindicando o reembolso de valores pagos à Companhia resultantes da majoração de tarifas com base nas portarias do DNAEE nº 38 e nº 45, aplicadas durante a vigência do Plano Cruzado no ano de 1986, tendo sido constituída provisão pelo valor da tarifa majorada nos montante de R\$328.

. Fiscais

Refere-se a discussões relacionadas a COFINS, PIS, ISS, ICMS e CSLL. Os processos encontram-se com as exigibilidades de seus créditos suspensa, seja por estar em trâmite os processos administrativos, seja porque se encontram devidamente garantidas as execuções fiscais em andamento.

A administração da Companhia, consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto a possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registrada nas demonstrações financeiras são suficientes para cobrir possíveis perdas com tais causas.

Adicionalmente, existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento em um montante total de R\$14.684 (R\$11.192 em 2005), cuja probabilidade de êxito foi estimada como possível.

A CENF no período de 1 de maio 2002 até 31 de agosto de 2004, deixou de cobrar de seus consumidores, e conseqüentemente não recolheu, o ICMS sobre a subvenção econômica concedida aos consumidores enquadrados na subclasse residencial baixa renda.

O convênio Confaz 79/04, autoriza o Estado do Rio de Janeiro entre outros, a dispensar de multas e juros relativos ao ICMS sobre a referida subvenção daquele período. Baseado na opinião de seus consultores jurídicos, que classificam a causa como êxito possível, a Administração não constituiu provisão sobre o valor do principal do imposto. Além disso, mesmo que o tributo viesse a ser cobrado de fato pelo governo estadual, a ANEEL não se manifestou contrária ao repasse do tributo aos consumidores. A que se ressaltar, a CENF passou a incidir o ICMS sobre a subvenção econômica dos consumidores baixa renda a partir do faturamento de novembro de 2004. A Administração vem mantendo contatos com o Governo Estadual visando a desobrigação do recolhimento do ICMS do período retroativo. O valor do ICMS do período de maio de 2002 a novembro de 2004 monta em R\$491.

23 Cobertura de seguros

A política de Seguros da CENF baseia-se na contratação de seguros com coberturas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações. (Não auditado).

As apólices de riscos nomeados e responsabilidade civil são contratadas em conjunto com as demais empresas do Sistema Cataguazes-Leopoldina, sendo o limite máximo de indenização os montantes constantes da cobertura securitária.

As principais coberturas são:

RAMOS	DATA DE VENCIMENTO	COBERTURA SECURITÁRIA	PRÊMIO ANUAL
Incêndio, Raio, Explosão, Danos Elétricos, Vendaval, Furacão, Fumaça, Tumulto, Riscos Diversos, pequenas obras de engenharia, despesas extraordinárias, alagamento/inundação e quebra de máquinas.	23/10/2007	22.180	47
Responsabilidade Civil Geral	23/10/2007	6.000	33
Automóveis - danos materiais e corporais a terceiros	23/10/2007	Até R\$200 mil/veículo	11
Vida em Grupo - Morte e Acidentes Pessoais	1/12/2007	4.692	22
			113

24 Arrendamento mercantil

A Companhia é arrendatária de veículos, com opção de compra, mediante contratos de arrendamento mercantil, cujo saldo em 31 de dezembro de 2006 monta em R\$121 (R\$172 em 2005), com taxas de juros de CDI + 6,4% a.a.

As prestações dos contratos vencem entre janeiro de 2007 e novembro de 2008 e vêm sendo provisionadas em base mensal.

No exercício de 2006, essas despesas montaram a R\$85 (R\$45 em 2005).

Caso os contratos tivessem sido registrados como compra financiada, os valores do ativo imobilizado e do passivo circulante e não circulante em 31 de dezembro de 2006 e 2005, seriam os seguintes:

Descrição	2006	2005
Imobilizado	99	158
Empréstimos e financiamentos:		
Circulante	88	82
Não circulante	33	90
Demonstração do resultado:		
Depreciação	19	21
Encargos de dívidas	34	18
	53	39

25 Instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, encontram-se registrados nas contas patrimoniais por valores compatíveis com os praticados pelo mercado. A CENF não opera com derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

26 Plano de aposentadoria

A CENF implementou em dezembro de 2000 o Fundo de Complementação de Aposentadoria Cat-Leo, administrado pelo HSBC, na modalidade de contribuição

definida, para o qual tanto a CENF quanto os empregados são contribuintes. A contribuição no exercício montou em R\$80 (R\$11 em 2005).

27 Resultado não operacional

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Ganhos na desativação/alienação de bens e direitos	525	782
Prejuízo na desativação/alienação de bens e direitos	<u>(130)</u>	<u>(300)</u>
Total	<u><u>395</u></u>	<u><u>482</u></u>

28 Contrato de concessão de distribuição

A CENF assinou, em 18 de junho de 1999, com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, o contrato de geração e distribuição de energia elétrica, com prazo de concessão até 7 de julho de 2015.

29 Resultado por atividade

A ANEEL através do Ofício Circular nº 2306/2004 - SFF/ANEEL, de 24/12/2004, dispensou a publicação de forma segregada das atividades de distribuição e comercialização, em face da ausência de definição da tarifa de transferência de receita da atividade de comercialização para a atividade de distribuição.

Em atendimento ao Ofício Circular nº 838/2000 da ANEEL, apresenta-se a demonstração do resultado por atividade, segregando as atividades de distribuição da geração:

	2006			2005		
	Não auditado		Total	Não auditado		Total
	Geração	Distribuição		Geração	Distribuição	
Receita operacional						
Fornecimento de energia elétrica	4.339	107.902	112.241	4.644	106.402	111.046
Suprimento de energia elétrica	-	21	21	-	220	220
Disponibilização do Sist. de Transm. e de	-	1.876	1.876	-	1.489	1.489
Outras receitas operacionais	-	2.310	2.310	-	2.165	2.165
	4.339	112.109	116.448	4.644	110.276	114.920
Deduções da receita operacional						
ICMS	-	28.915	28.915	-	27.582	27.582
PIS	72	1.862	1.934	77	1.779	1.856
COFINS	329	9.468	9.797	353	8.194	8.547
Quotas para RGR	73	636	709	78	637	715
	474	40.881	41.355	508	38.192	38.700
Receita operacional líquida	3.865	71.228	75.093	4.136	72.084	76.220
Custo do serviço de energia elétrica						
Custo com energia elétrica	-	29.868	29.868	-	35.176	35.176
Energia elétrica comprada para revenda	-	9.144	9.144	-	18.175	18.175
Encargos de uso do sist. de transm. e Distr.	-	20.724	20.724	-	17.001	17.001
Custo da operação	387	16.854	17.241	420	14.019	14.439
Pessoal e administradores	94	2.302	2.396	224	1.084	1.308
Material	33	478	511	5	659	664
Serviços de terceiros	88	3.003	3.091	1	3.175	3.176
Conta de consumo de combustível - CCC	-	3.867	3.867	-	2.551	2.551
Conta de desenvolvimento energético - CDE	-	3.008	3.008	-	2.540	2.540
Depreciação e amortização	150	2.752	2.902	157	2.574	2.731
Outras	22	1.444	1.466	33	1.436	1.469
Custo dos serviços prestados a terceiros	18	61	79	-	124	124
	405	46.783	47.188	420	49.319	49.739
Lucro operacional bruto	3.460	24.445	27.905	3.716	22.765	26.481
Despesas operacionais						
Despesas com vendas	156	4.287	4.443	338	2.407	2.512
Despesas gerais e administrativas	97	8.175	8.272	105	7.736	8.074
	253	12.462	12.715	443	10.143	10.586
Resultado do serviço	3.207	11.983	15.190	3.273	12.622	15.895
Receita de aplicações financeiras	-	150	150	-	806	806
Variação monetária e acréscimo moratório de	-	1.516	1.516	-	2.035	2.035
Encargos de dívidas	(73)	(5.964)	(6.037)	-	(5.170)	(5.170)
(-)Transferência para obras em curso	-	19	19	-	69	69
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(754)	(2.785)	(3.539)
Outras receitas (despesas)	-	2.467	2.467	(240)	3.114	2.874
	(73)	(1.812)	(1.885)	(994)	(1.931)	(2.925)
Resultado operacional	3.134	10.171	13.305	2.279	10.691	12.970
Resultado não operacional						
Receita não operacional	-	553	553	-	782	782
Despesa não operacional	-	158	158	-	300	300
	-	395	395	-	482	482
Lucro antes da contribuição social, Imposto de renda, das participações e da reversão dos	3.134	10.566	13.700	2.279	11.173	13.452

juros sobre o capital próprio						
Contribuição social	(281)	(949)	(1.230)	(192)	(939)	(1.131)
Imposto de renda	(735)	(2.480)	(3.215)	(515)	(2.523)	(3.038)
Lucro antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio	2.118	7.137	9.255	1.572	7.711	9.283
Participações	(192)	(996)	(1.188)	(179)	(878)	(1.057)
Reversão dos juros sobre o capital próprio	-	-	-	599	2.940	3.539
Lucro líquido do exercício	1.926	6.141	8.067	1.992	9.773	11.765

30 Evento Subseqüente

Em atendimento a Lei nº. 10.848 de março de 2004, que determina a segregação das atividades de participações societárias, geração e distribuição de energia elétrica, a controladora Companhia Força e Luz Cataguazes-Leopoldina - CFLCL em 17 de janeiro de 2007, conferiu em aumento de capital da Cenfpar o investimento de 59,47% do capital social que era titular na CENF bem como o saldo do ágio de aquisição no montante de R\$31.091. A Cenfpar era controlada da Energisa e já detinha 15,24% do capital social da Cenf e ágio de aquisição de R\$9.237.

A Cenf incorporou sua controladora Cenfpar, tendo registrado uma reserva de ágio no montante de R\$13.711 em contrapartida do ágio incorporado no valor de R\$40.328 e da provisão para integridade do patrimônio líquido no valor de R\$26.617.

Após a incorporação da Cenfpar, a CFLCL e a Energisa passaram a deter 58,91% e 15,80% do Capital Social da Cenf.

Em Assembléia Geral Extraordinária de 28 de fevereiro de 2007, foi aprovada a incorporação de ações da CFLCL pela Energisa, passando a CFLCL a ser subsidiária integral da Energisa. Na mesma AGE, a CFLCL reduziu seu capital, restituindo ao acionista, entre outros ativos e passivos as participações que detinha na Cenf. Dessa forma a Energisa passou a controlar diretamente a Cenf detendo 74,71% do Capital Social.

Benefício fiscal - ágio incorporado

Conforme comentário acima o ágio incorporado da controladora Cenfpar, no valor de R\$40.328 será registrado no imobilizado nos termos da alínea b, do § 2º, do artigo 14 da Instrução CVM nº 247/96, com as alterações introduzidas pela Instrução CVM nº 285/98 de 31 de julho de 1998. Da mesma forma, será registrado a provisão para integridade do Patrimônio Líquido no valor de R\$26.617 de acordo com a Instrução CVM 349/2001.

A amortização do ágio, líquida da reversão da provisão correspondente, que por constituir-se no benefício fiscal incorporado, resultará em efeito nulo no resultado do exercício e, conseqüentemente na base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios.

O benefício fiscal incorporado no valor de R\$13.711, para fins de divulgação, será classificado no ativo circulante e não circulante (realizável a longo prazo), com base na expectativa de sua realização.

Ágio incorporado	40.328
Provisão a ser constituída	(26.617)
Benefício fiscal	13.711

O ágio será amortizado pelo período remanescente de exploração da concessão em 108 parcelas mensais e segundo projeção anual de rentabilidade futura, conforme determina a Resolução Autorizativa ANEEL nº 759 de 12 de dezembro de 2006.

<u>Período de amortização</u>	
2007 e 2008	3.880
2009 e 2010	2.564
2011 e 2012	2.797
2013 e 2014	2.962
2015	1.508
<u>Total</u>	<u>13.711</u>

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos
Acionistas e Administradores da
Companhia de Eletricidade de Nova Friburgo - CENF
Nova Friburgo - Rio de Janeiro

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Companhia de Eletricidade de Nova Friburgo - CENF levantados em 31 de dezembro de 2006 e de 2005 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume das transações e o sistema contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Eletricidade de Nova Friburgo - CENF em 31 de dezembro de 2006 e de 2005, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. Em 31 de dezembro de 2006, a Companhia apresenta um endividamento de curto e longo prazos, no montante de R\$24.061 mil (R\$44.576 mil em 2005), que tem contribuído para impactar negativamente o resultado das operações da Companhia nos últimos exercícios. Conforme detalhado na Nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, a Companhia e a controladora Companhia Força e Luz Cataguazes-Leopoldina vêm buscando instrumentos que permitam a captação de recursos menos onerosos e de longo prazo para as empresas do Sistema Cataguazes-Leopoldina. Essas ações, associadas à existência de projeções internas de resultados positivos, serão, na avaliação da Administração, suficientes para aprimorar a liquidez à manutenção das operações da Companhia, bem como reduzir progressivamente o referido endividamento e respectivos encargos financeiros.

Rio de Janeiro, 6 de março de 2007

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ

Iara Pasian
Contadora
CRC 1SP 121.517/O-3 "S" RJ